

# *Superior Tribunal de Justiça*

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.951 - MG  
(2019/0151925-7)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**REQUERENTE : TADEU DE ALMEIDA PERES**  
**ADVOGADO : MARCELLUS DE ALMEIDA BRAGA - MG055451**  
**REQUERIDO : LEONARDO TAVORA CASTELO BRANCO**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO FRANCISCO PATENTE - MG038778**  
**ANTÔNIO FRANCISCO PATENTE JÚNIOR - MG078341**

## **DECISÃO**

Cuida-se de Petição interposta por TADEU DE ALMEIDA PERES requerendo a reunião dos seguintes processos: AResp n. 1.507.951/MG, AResp n. 1.503.451/MG e AResp n. 1.504.126/MG.

Alega o requerente que "todos todos esses recursos, porque se fundam no mesmo e único contexto fático, bem como probatório a dar suporte às ações penais, devem ser apreciados em conjunto, em face da conexão por vínculos objetivos e subjetivos ligando-os, nos termos do artigo 76, incisos I, II e III, do CPP." (e-STJ fl. 516)

É o relatório. **Decido.**

De acordo com o art. 71, § 4º, do RISTJ "a prevenção, se não for reconhecida, de ofício, poderá ser arguida por qualquer das partes ou pelo órgão do Ministério Público, até o início do julgamento".

No caso em tela, dois dos recursos indicados pelo requerente (AResp 1.507.951/MG e AResp 1.503.451/MG) já foram julgados, não havendo que se falar, neste momento, em reunião dos processos. Confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.  
COMPETÊNCIA DAS TURMAS QUE COMPÕEM A  
PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE PARA  
PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO FEITO.  
RELAÇÃO JURÍDICA LITIGIOSA ENTRE USUÁRIO DE  
SERVIÇO PÚBLICO E PESSOA JURÍDICA  
CONCESSIONÁRIA. CONEXÃO. PROCESSOS JULGADOS*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*EM SEPARADO. PLEITO DE REUNIÃO E EXTENSÃO DOS EFEITOS DO JULGAMENTO PROCEDENTE DE UMA DELAS. SÚMULA 235/STJ. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR DESPROVIDO.*

*[...]*

*2. De todo modo, a alegada incompetência da Primeira Seção para o julgamento da matéria tratada nos autos não pode ser acolhida, porque a competência interna disciplinada no RISTJ é relativa, devendo ser alegada antes do julgamento do respectivo processo, sob pena de preclusão. Precedentes: AgRg nos Edcl no REsp. 1.173.718/PR, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 9.12.2013; AgRg no AREsp. 334.907/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 27.8.2013; AgRg no REsp. 1.193.669/RS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 21.6.2013; EDcl no AgRg no AREsp. 199.572/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 20.5.2013; e AgRg no CC 113.767/DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 14.11.2011.*

*3. Independentemente de a responsabilidade pelo curso separado de processos que anteriormente tramitavam em conexão recair sobre as partes ou sobre o Tribunal, certo é que, com o julgamento de uma das demandas, torna-se inviável a reunião dos processos supostamente conexos. É esse o entendimento desta Corte, sedimentado no teor da **Súmula 235/STJ: a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.***

*4. Agravo Interno do PARTICULAR desprovido. (AgInt nos Edcl no REsp 1356779/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 02/04/2019 - grifo nosso)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONEXÃO. ARTIGO 71, § 4º, DO RISTJ. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. TESE RELATIVA À INEXISTÊNCIA DE DUAS COISAS JULGADAS. ARGUMENTOS QUE DEMANDAM O REVOLVIMENTO FÁTICO E PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO.*

*1. Embora se reconheça a conexão deste feito com o RMS 20.915/MA, julgado pela Quinta Turma em 04/12/2009, a ora agravante deveria ter suscitado a alegada prevenção antes do julgamento monocrático dos autos, nos termos do § 4º do artigo 71 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, fato que não ocorreu, estando, portanto, preclusa essa questão relativa à competência interna desta Corte Superior, de natureza relativa. Precedentes.*

*2. A questão defendida no recurso especial sobre a alegada*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*inexistência de duas coisas julgadas quanto ao mesmo objeto demanda, necessariamente, o revolvimento do contexto fático e probatório dos autos, providência descabida no apelo nobre, diante da vedação da Súmula n. 7/STJ.*

3. *Agravo improvido.* (AgInt no REsp 1661869/MA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 07/12/2018 - grifo nosso)

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Intime-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

